

## Editorial - 2ª edição de 2024

Neste volume da Revista Estudos Geográficos apresentamos aos leitores dez novas publicações. Nesta edição você encontrará uma diversidade de textos, abordando temáticas ligadas à delimitação e caracterização de unidades de paisagem, Geografia Eleitoral, relação sociedade-natureza, avaliação das infraestruturas urbanas para pedestres, relações entre religião e paisagem urbana, exploração mineral no Brasil, percepção ambiental e gestão de bacias hidrográficas. Essa diversidade, inegavelmente, representa a amplitude de temas abarcados pela análise geográfica.

O primeiro artigo desta edição, intitulado “Unidades de Paisagem e dinâmicas espaciais: uma proposta de divisão e interpretação da paisagem urbana de Pato Branco/PR”, busca fazer uma interpretação da paisagem, a partir de diferentes fatores, das cidades pequenas e médias, tendo como foco um município do sudoeste do Paraná. Com base nos levantamentos de dados e nos mapeamentos realizados, foram delimitadas sete Unidades de Paisagem, método que permite uma leitura espacial que integra e relaciona atributos da paisagem estrutural e antrópica, tendo contribuições, enquanto instrumento, para o planejamento e para a gestão territorial.

O segundo artigo tem como objetivo analisar a geoecologia da paisagem da Floresta Ombrófila Mista, pertencente ao bioma Mata Atlântica, a fim de identificar suas características e dinâmica. A pesquisa se baseia em revisão bibliográfica e em levantamentos realizados no Parque Nacional de São Joaquim, onde essa fitofisionomia está presente. Assim como no artigo anterior, são delimitadas unidades de paisagem, as quais tanto sintetizam as características de cada uma das áreas, quanto fornecem subsídios para a gestão de unidades de conservação.

Em “Geografia eleitoral de Oeiras (PI): uma análise dos pleitos eleitorais ao longo do século XX” é feito um panorama sobre a alternância do poder executivo em um município do Piauí entre 1948 a 1996, evidenciando o controle e o revezamento do poder municipal entre dois grupos políticos ao longo do período investigado. Sob o olhar da Geografia, as análises desenvolvidas permitem evidenciar as dinâmicas espaciais envolvidas nos processos eleitorais, a convergência de interesses econômicos e políticos entre os diferentes grupos que estiveram à frente das administrações de Oeiras (PI) e os indícios explicativos da manutenção do poder e do comportamento dos votantes ao longo de quase meio século.

O quarto artigo da edição, tem como foco a posse da Natureza pelo homem na filosofia de Francis Bacon, o qual revolucionou a análise das relações homem-meio, destacando o papel do desenvolvimento da técnica e da ciência no domínio e transformação da natureza.

No artigo seguinte, o debate central é sobre a avaliação da qualidade das infraestruturas destinadas à circulação de pedestres nas zonas residenciais e comerciais da cidade de Maringá, no estado do Paraná. Com base nos levantamentos de dados, é evidenciado como o planejamento urbano da cidade não favorece o deslocamento à pé, considerando problemas nos calçamentos como falta de continuidade e acessibilidade, pavimentação degradada e ausência de sombreamento. Tais conclusões, apesar de restritas a algumas das rotas pesquisadas na cidade, indicam a necessidade de aperfeiçoamento das infraestruturas para pedestres.

O sexto artigo da edição traz uma análise sobre o município de Abreu e Lima, considerado a “capital dos evangélicos de Pernambuco”, com vistas a entender a expressão do fenômeno religioso pentecostal e suas implicações socioculturais e espaciais. A pesquisa em questão, fundamentada em teóricos da Geografia Cultural, compreende o espaço e a paisagem a partir dos seus simbolismos e das relações com a formação de identidades e com a cultura local. Os resultados da pesquisa demonstram as relações entre religião e espaço, conformando múltiplas paisagens tais como a corporal, comercial e sonora, as quais interagem de maneira complexa, compõem quadros paisagísticos e constroem identidades individuais e coletivas.

No texto “O Quadrilátero Ferrífero e sua influência na geopolítica do golpe de 1964 no Brasil”, os autores fazem uma análise das relações entre os Estados Unidos e a exploração de minério de ferro no país no contexto da Guerra Fria. Ainda que tivessem sido tomadas algumas decisões políticas antes de 1964 as quais favoreciam a exploração da riqueza natural brasileira por potências estrangeiras, foi a partir do golpe militar que se intensificou um processo de transnacionalização da exploração mineral no Brasil, com consequências até os dias atuais para a exploração, beneficiamento, transporte e comercialização de recursos naturais.

No oitavo artigo é desenvolvida uma análise sobre a percepção dos moradores da Vila de Trindade sobre a conservação ambiental na unidade de conservação do Parque Nacional Serra da Bocaina. A partir das respostas coletadas através de questionário com questões abertas e fechadas, foi possível identificar a compreensão

conceitual dos moradores sobre unidade de conservação assim como seus conhecimentos sobre a questão ambiental. O artigo destaca ainda a importância da percepção ambiental dos moradores que habitam o interior ou os arredores dessas unidades para a existência e manutenção dessas áreas protegidas e a necessidade de mais ações que promovam a educação ambiental enquanto uma estratégia para fortalecer o reconhecimento e a conservação dessas áreas.

Assim como no artigo anterior, o nono texto da edição tem como foco a percepção ambiental. No caso, foram investigadas, a partir do método fenomenológico, as percepções de professores sobre os problemas ambientais no entorno de uma escola no noroeste de Palmas (TO). Os resultados das descrições feitas pelos professores indicam as transformações urbanísticas e ambientais que ocorreram no entorno da escola assim os problemas socioambientais identificados. Conclui-se que a sistematização e análise das respostas poderiam orientar ações de Educação Ambiental na escola e na comunidade

O último artigo desta edição, publicado em inglês e intitulado “Modelo de gestão hídrica para rios perenes: outorga sazonal - Brasil”, discute o controle dos volumes hídricos a partir de outorgas. Defendendo que tal controle deve beneficiar ao máximo o número de usuários e evitar conflitos, os autores propõem a criação de um mecanismo de gestão hídrica para garantir oferta com segurança técnica. A fim de analisar as potencialidades da aplicação do modelo, foi analisada a gestão hídrica na bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu, no estado da Bahia.

Sendo assim, convidamos os leitores a acessarem esta nova edição da Revista Estudos Geográficos.

Boa leitura!

José Vitor Rossi Souza  
Diego Corrêa Maia